

avançado pela Marconi, em 1924, para introduzir o sistema *Beam* e a ausência de resposta do Governo, que levou à desistência daquele objectivo, representava um total de 185 dias de suspensão de trabalhos pelos quais a empresa não podia responder. O problema, que seria legado à Ditadura Militar, passava então pelo alargamento do período de conclusão das estações e da negociação da penalidade a pagar pela CPRM por cada dia de atraso.

#### **4. Empresa em formação num regime em Revolução**

A etapa que descreveu o processo de introdução da Marconi em Portugal, entre os contactos iniciais da empresa britânica nos últimos anos da monarquia e a constituição da CPRM sob bandeira republicana, encerrou um quadro conjuntural de profundas alterações na cena governativa portuguesa com manifestas repercussões sobre a actividade da Companhia. O ano de 1926, que assinalou a abertura do serviço radiotelegráfico da Marconi, coincidiu com o estrangulamento do regime republicano pelo golpe militar de 28 de Maio, instaurando-se o período de Ditadura Militar que antecedeu a institucionalização do Estado Novo.

Dois dias antes da queda do governo, o administrador geral dos Correios e Telégrafos António Maria da Silva, comprometera-se a autorizar a passagem pela Alfândega do material importado, necessário às instalações da CPRM. Porém, dada a radical mudança política, a empresa não conseguira a retirada do equipamento enquanto persistia a dúvida quanto à continuidade da concessão. Seguiram-se dias de expectativa até à tomada do poder pelo general Gomes da Costa, a 6 de Junho, altura em que a diplomacia britânica optou por intervir a favor do estabelecimento da companhia. O embaixador britânico em Lisboa reuniu então com o ministro dos Negócios Estrangeiros português defendendo a importância do estabelecimento das ligações T.S.F. entre Portugal e as Colónias utilizando o mesmo sistema da rede imperial britânica.<sup>156</sup>

Os dois meses que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio conduziram a actividade económica portuguesa por um limbo de indecisões que obrigou a Administração Marconi a ajustar-se ao inquieto horário político. Uma deliberação ministerial emanada durante a manhã, nomeadamente do gabinete

156 ACPRM – *Contrato de Concessão (...)*, Carta de 12 de Junho de 1926 enviada pela CPRM a H.W. Allen, da *Marconi's Wireless Telegraph Company*.

do ministro do Comércio e Comunicações, sujeitava-se a estar revogada no mesmo dia à tarde, na sequência de uma súbita demissão do titular da pasta. Sidney John Slingo, filho de um membro da direcção da Marconi londrina, que na altura ocupava o cargo de gerente da Companhia em Portugal, narrava ao administrador Henry Allen, a 6 de Julho daquele ano, episódios de autêntico surrealismo político sobre o desenrolar dos trabalhos de concertação com os sucessivos elencos governativos.<sup>157</sup> Relatava Slingo que a Marconi portuguesa, ainda incerta quanto à prorrogação do prazo de abertura das suas estações e, por conseguinte, da sua concessão, procurava negociar com o governo da Ditadura o alargamento por um período de seis meses daquele prazo e o valor da multa a pagar por esse adiamento. Sob o aparente acordo do Executivo, a companhia portuguesa solicitara então uma audiência com os governadores coloniais com o fim de preparar os respectivos acordos de tráfego. Pouco depois chegava à empresa a informação de que alguns ministérios tinham caído e a pasta do Comércio ficara vazia, precisamente no momento em que o prolongamento da concessão seria promulgado. A 16 de Julho a Marconi de Lisboa comunicou finalmente para Inglaterra a confirmação, em Conselho de Ministros do dia anterior, da prorrogação requerida. O decreto publicado três dias mais tarde, concedia à Companhia Marconi mais 180 dias para a conclusão das estações radiotelegráficas portuguesas.<sup>158</sup>

#### 4.1. Primeiros circuitos marconianos

Somando quase duas décadas de obstáculos de natureza política, económica e concorrencial, a tecnologia de Marconi concretizou a sua finalidade – a rede mundial de T.S.F. ficaria consumada pelos contratos estratégicos para a exploração dos traçados mundiais mais vastos, chegando a todos os cantos do Mundo. Em 1926, a *Imperial Wireless Chain*, negociada com o *Post Office* britânico e os governos dos Domínios entrava em funcionamento, ao mesmo tempo que a companhia Marconi operava estações próprias na Argentina,

157 ACPRM, *Contrato de Concessão* (...), Carta n.º 384, de 6 de Julho de 1926, enviada por S.J. Slingo (pela CPRM) a H.W.Allen, *General Managing Director da Marconi's Wireless Telegraph Company*.

158 ACPRM, *Contrato de Concessão* (...), Cópia da carta de 16 de Julho de 1926, enviada pelo Administrador Delegado da CPRM a H.W. Allen, *General Managing Director da Marconi's Wireless Telegraph Company*. A prorrogação do prazo de concessão foi concretizada pelo decreto n.º 11 903, *Diário do Governo*, I Série, n.º 155, de 19 de Julho de 1926.



Brasil, Estados Unidos e Japão.<sup>159</sup> No fim do mesmo ano, a *Companhia Portuguesa Rádio Marconi* colocava ao serviço as estações de Lisboa, Açores e Madeira, assumindo também o tráfego marítimo comercial.

A 15 de Dezembro de 1926, foram inaugurados os primeiros circuitos via rádio a partir de Lisboa, abrindo-se nesta primeira fase da rede de T.S.F. portuguesa as ligações com os Açores, Madeira, Inglaterra e América do Norte, uma vez que as comunicações coloniais só seriam estabelecidas alguns meses mais tarde.

A reacção pública ao novo meio de telegrafar a grande distância converteu a desconfiança em deslumbramento e transfigurou, aos olhos de quem descobria a velocidade de envio de um telegrama, a mera ciência abstracta num verdadeiro prodígio tecnológico. Reflexo deste impacto, a notícia publicada no *Século* de 16 de Dezembro não conteve a admiração: *Toca as raias do inverosímil, parece um sonho de Julio Verne! Debaixo do ponto de vista material nem sequer representa um maior encargo monetário para o expedidor, porquanto as taxas têm, por obrigação de um convénio internacional de não exceder as do telegrafo ordinário, sendo consideravelmente mais baratas para fora da Europa.*<sup>160</sup>

O telegrama inaugural foi remetido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros ao embaixador português em Londres, abrindo o circuito entre aquela capital e Lisboa, seguindo-se o contacto entre o Presidente da República, Óscar Carmona e o *Board of Trade* britânico. Entre os despachos de saudações que transitaram por aquela via, dois foram recebidos pelo presidente da companhia em Portugal, António Centeno – uma das mensagens foi dirigida pelo presidente da empresa britânica, Frederick Kellaway e outra chegou assinada por Guglielmo Marconi.<sup>161</sup>

#### **4.2. Estado e empresa sob o pulso da Ditadura**

O estabelecimento dos primeiros circuitos Marconi em Lisboa aconteceu em plena Ditadura Militar. Em Fevereiro de 1927, a C.P.R.M. previa ultrapassar mais uma vez o prazo concedido para conclusão das estações ainda em montagem, despontando novamente o receio de uma eventual ruptura definitiva da concessão. As estações de Alfragide, Cabo Verde, Luanda e Lourenço Marques

159 Romano Volta, *op. cit.*, p.36.

160 “As comunicações radiotelegráficas” in *O Século*, n.º 16 087 de 16 de Dezembro de 1926, p.4.

161 *Idem*; podem ler-se os relatos do mesmo acontecimento em “A Companhia Portuguesa Rádio Marconi” in *Diário de Notícias*, n.º 21875 de 16 de Dezembro de 1926, p.1.

esperavam ainda a chegada de material, tornando praticamente impossível a sua abertura no início de Março, como previsto. Na correspondência entre a Marconi portuguesa e a empresa de Londres, afirmava-se porém, ter a companhia *excelentes relações com o governo presente* temendo apenas nova mudança no teatro político.<sup>162</sup> A concessão da companhia não chegaria a ser ameaçada embora ficasse obrigada a indemnizar o Estado por cada dia de atraso.

Finalmente, a 14 de Abril de 1927, a *Companhia Portuguesa Rádio Marconi* oficiou ao Ministério do Comércio e Comunicações anunciando a conclusão das estações de Cabo Verde, Angola e Moçambique. Informação idêntica foi enviada ao Comissário do Governo junto da Companhia declarando encontrar-se (...) *completa toda a nossa rede a que referem os artigos 5 e 12 do contrato de 8 de Novembro de 1922*.<sup>163</sup>

Não obstante o abandono do projecto que em 1924 prometia equipar as estações portuguesas com o recente sistema *Beam*, a empresa londrina, responsável pelos trabalhos de montagem, justificou o adiamento na conclusão de alguns postos pela introdução de algumas inovações técnicas. Em correspondência de Abril de 1927, Henry Allen, administrador das empresas de Lisboa e de Londres, fundamentou a Júdice de Vasconcelos os atrasos dos trabalhos de edificação pelos avanços científicos registados no Departamento de Pesquisa inglês, onde se introduziram alterações na construção dos sistemas de transmissão e recepção. Estas experiências, porém, tinham encontrado na recente doença de Guglielmo Marconi motivo de maior demora. Por outro lado, a conjuntura política, em Lisboa como na Grã-Bretanha, barrara o desbloqueio do material que transitava entre os dois países. A greve geral ocorrida em Inglaterra desencadeara o atraso no transporte da mercadoria que, chegada ao destino, encontrou obstáculos alfandegários. Apesar dos diferentes óbices encontrados pela rede portuguesa na sua génese, as estações do País entravam pela porta da frente na vanguarda tecnológica – sublinhava Allen ao Administrador Delegado português que a malha de T.S.F. nacional se equiparava agora à do *British Post Office*.<sup>164</sup>

162 ACPRM – *Contrato de Concessão* (...), Carta de 4 de Fevereiro de 1927, enviada pela C.P.R.M. a Henry Allen, da Marconi's Wireless Telegraph Company.

163 ACPRM – *Contrato de Concessão* (...), Carta de 20 de Abril de 1927, enviada pelo Administrador-Delegado da C.P.R.M., João Júdice Vasconcelos, ao Comissário do Governo junto da Companhia.

164 ACPRM – *Contrato de Concessão* (...), Carta de 21 de Abril de 1927, enviada por H.W.Allen a João Júdice de Vasconcelos.



ASPECTO EXTERIOR DO EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO DE ALFRAGIDE, LISBOA.  
ACPRM



CASA DAS MÁQUINAS, QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO E BASTIDORES DE ALIMENTAÇÃO DOS EMISSORES CUX, 1926.  
ACPRM





A 25 de Abril de 1927 o Ministério das Colónias foi informado pela Marconi que o serviço colonial estava pronto a funcionar. Com ele, entrava em pleno vigor a rede mundial de radiocomunicações portuguesa. A 5 de Maio a imprensa irradiou a notícia sobre o novo traçado inaugurado no dia anterior: *Com a assistência do Chefe do Estado e ministro do Interior, Justiça, Colónias, Comércio e Instrução, Administrador dos Correios e Telégrafos, director do posto radio-telegráfico de Monsanto, funcionários superiores dos ministérios dos Estrangeiros e Colónias, comandante da polícia, Fausto de Figueiredo e outras individualidades, realizou-se (...) na sede da Companhia Portuguesa Rádio-Marconi, a inauguração oficial do serviço radio-telegráfico com Cabo Verde, Angola, Moçambique e América do Sul, enfileirando assim Portugal ao lado de quatro grandes nações da Europa, no seu serviço de comunicações directas rádio-telegráficas.*<sup>165</sup>

O atraso de abertura das estações metropolitanas e coloniais acabariam por custar à empresa um total de 13 163 acções, no valor de £13 160, em 1928. Estava, porém, finalmente em curso uma exploração comercial que escalara quase duas décadas de dificuldades até à sua concretização.

### **Outras imagens de rede**

A configuração empresarial da *Marconi's Wireless Telegraph Company* à saída dos anos 20 era de natureza diversa da exploração industrial montada no princípio do século por Guglielmo Marconi. A empresa britânica era agora apenas uma parcela do investimento mundial que as suas subsidiárias foram constituindo. Neste sentido, a sociedade inglesa aventurou-se no desenvolvimento das redes telegráficas e telefónicas nacionais em alguns países onde o controlo estatal não se exercia com a mesma resistência mostrada pelo poder britânico.

Também em Portugal, atendendo à viragem política e a um aparente interesse governativo em ceder a meios privados a rede telefónica do País, a administração da Marconi britânica esboçou um plano de aquisição daquela rede. Em 1928, protagonizada por William Slingo, pai de S.J. Slingo (gerente da C.P.R.M.) e administrador da empresa inglesa, esta proposta foi apresentada a dois tempos, num primeiro pela intervenção directa da *Marconi's Wire-*

165 “Companhia Portuguesa Radio Marconi - Inauguração dos serviços para as nossas colonias e America do Sul”, in *O Primeiro de Janeiro*, nº103, 5 de Maio de 1927, p.3.





O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ÓSCAR CARMONA (1869-1951), NA INAUGURAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOTELEGRÁFICOS COM AS COLÓNIAS, EM MAIO DE 1927.

ARQUIVO DE FOTOGRAFIA DE LISBOA – CPF / MC

less, seguindo depois por mãos portuguesas, através da companhia nacional. Durante este ano, Slingo encontrou-se com os ministros das Finanças e do Comércio para expor em pormenor as condições em que a empresa inglesa explorava os serviços telegráficos, de correios e rádio na Bolívia e no Perú a quem aqueles Estados haviam dado concessões da respectiva exploração.<sup>166</sup> Paralelamente, em Janeiro do mesmo ano, a C.P.R.M. procurara também uma linha de entendimento com o Ministério das Colónias, estudando a hipótese de passar a operar a rede colonial a cargo do Estado<sup>167</sup>, não chegando esta proposta a ter desenvolvimento.

<sup>166</sup> CPRM – *Actas das Reuniões do Conselho de Administração*, Acta n.º 62, de 22 de Novembro de 1928.

<sup>167</sup> CPRM – *Actas das Reuniões do Conselho de Administração*, Acta n.º 44, de 20 de Janeiro de 1928. O administrador-delegado expôs, em reunião com os outros membros do conselho, a intenção da Marconi: *Referindo-se à questão do Ministério das Colónias, informou o conselho de que soubera, a título oficioso, que naquele Ministério havia sido ventilada a hipótese desta Companhia tomar conta de toda a rede colonial, havendo, ao que parece, a ideia de perguntar ao Sr. Ministro se concordava em princípio com essa passagem, (...). S. Ex.ª acrescentou que o facto da Companhia tomar conta de toda a rede colonial seria interessante sob todos os pontos de vista de tráfego.*

Em Outubro de 1928, W. Slingo chegou a Lisboa, representando os interesses da *Marconi's Wireless Telegraph Company* ao lado do grupo *Eastern*, que então planeavam a formação de um consórcio de articulação entre as redes de cabos e T.S.F. O agente britânico, responsável pela aquisição da rede de telecomunicações peruana, reuniu com Oliveira Salazar, recentemente empossado na pasta das Finanças, a fim de enunciar os objectivos de um investimento semelhante em Portugal. Por indicação do ministro, que adiantara a hipótese de ser constituída uma empresa portuguesa para aquele efeito, a mesma proposta seguiu com Slingo até ao Ministério do Comércio e das Comunicações.<sup>168</sup>

Este plano de negociação sobre a cobertura dos serviços de correios e telégrafos e da rede telefónica nacional não surgiu isolado, contando com a concorrência de propostas congêneres, enviadas aos gabinetes ministeriais competentes, entre 1927 e 1930. Um primeiro esquema, desenhado pela *Engineering Company of Portugal Ltd* e que ficou arquivado na documentação de Salazar, endereçou ao ministro do Comércio uma proposta pela qual se pretendia montar e explorar a ligação telefónica entre as capitais de distrito e os concelhos do país.<sup>169</sup> Também a representação ibérica da *ITT* adiantou em Agosto de 1928 a intenção de construir em Portugal *uma rede telefónica moderna e eficiente*.<sup>170</sup>

Pela parte da Marconi foram elaborados dois projectos em modalidades diferentes sobre esta exploração. Um primeiro esquema, da autoria da empresa londrina, implicava a transferência dos serviços postais e telegráficos do Estado para esta companhia, que por sua vez reorganizaria esses mesmos serviços. Um segundo modelo de negociação, da responsabilidade da C.P.R.M., defendia a criação de uma “Companhia Nacional de Telefones”, sediada em Lisboa, que se encarregaria do sistema telefónico em Portugal. Este segundo projecto previa ainda que a Marconi portuguesa estabelecesse, em breve, liga-

168 *BT Group Archives - Anglo-Portuguese Telephone Service - BT\_POST 30/1201*. Cópia da carta n.º8119/1927, enviada por Arthur King, do Consulado Britânico em Lisboa, a E. Warren, do *Department of Overseas Trade*.

169 Este projecto, com primeira data de Outubro de 1927, guardou a documentação enviada a Salazar, ministro das Finanças a partir de Abril de 1928. O processo encontra-se condensado em *IAN/TT-Arquivo Oliveira Salazar - Obras Públicas - Correios Telégrafos e Telefones*, Concessões de exploração dos serviços telefónicos. Regulamentação do regime dos serviços telefónicos. (1930-1937) AOS/CO/OP-6.

170 *IAN/TT- AOS, (...) Carta*, com data provável de 1928, enviada por Pedro Pérez Sánchez, Vice-Presidente da *ITT* (Espanha) ao ministro das Finanças.

ção radiotelefónica Lisboa-Luanda e Lisboa-Lourenço Marques e providenciasse a automatização da rede das principais cidades e vilas do País.<sup>171</sup>

No início de 1929 o nível da concorrência chegava ao rubro, inspirando a diplomacia britânica a concentrar-se nos proponentes nacionais por oposição aos avanços do capital americano. A I.T.T., integrada no grupo “Behn” e controlando já a rede telefónica espanhola, sinalizava a intenção de controlar todo o traçado de ligações ibéricas, incluindo, em Portugal, a aquisição das redes de Lisboa e Porto concessionadas à *The Anglo-Portuguese Telephone Company* (A.P.T.). A empresa surgia como um perigoso competidor da sociedade Marconi ao pretender dominar a rede mundial de telecomunicações, incluindo os circuitos de rádio.<sup>172</sup> Por seu turno, a companhia inglesa de Marconi aparecia associada ao grupo “Adams”, com vários investimentos britânicos, no qual estava integrada a A.P.T.<sup>173</sup> No entanto, um e outro projecto acabariam por retirar-se sem vestígios de acordo governativo.

No período em que decorreu a apresentação destas propostas, entre 1927 e 1930, a Administração Geral dos Correios e Telégrafos debatia-se com uma situação gravemente deficitária nas suas contas que terá contribuído para a ponderação destes investimentos. O desaparecimento dos planos de investimento privado poderá ter-se conjugado com a crise internacional que sobreveio no final da década de 20, na sequência do *crash* bolsista americano em Outubro de 1929 e que originou a retracção de investimento, ou com a simples opção estatal em conservar sob sua administração a malha de telecomunicações nacional.

Na viragem da década de 20 para os anos 30, ocorreram então investimentos públicos de maior monta para o desenvolvimento da rede telefónica nacional, sintoma da opção do poder político em conservar aquela rede sob alçada estatal. Desconhecendo-se, na verdade, a resposta final do Executivo a estes projectos, a história registou apenas que não lhes foi dada continuidade. Em Lisboa, a Marconi prosseguia, no entanto, a exploração da rede intercontinental portuguesa de radiocomunicações, prevista pela concessão.

171 *BT Group Archives - Anglo-Portuguese Telephone Service (...)* – minutas das propostas a apresentar à Administração Geral dos Correios e Telégrafos [1928], “Summary of the proposals of the Marconi Company” e “Summary of the proposals of the «Companhia Portuguesa Radio Marconi»”.

172 *Idem*, Ofício de 18 de Janeiro de 1929, enviado por Austen Chamberlain ao Embaixador Britânico em Lisboa.

173 *Idem*, Ofício de 21 de Março de 1929, do “Comptroller-General - Departament of Overseas Trade” para “Secretary of the Post Office”.